

Congreso Iberoamericano de Educación

METAS 2021

Un congreso para que pensemos entre todos la educación que queremos
Buenos Aires, República Argentina. 13, 14 y 15 de septiembre de 2010

TIC Y EDUCACIÓN

INJUSTIÇAS COGNITIVAS, TECNOLOGIAS E CONEXÕES CULTURAIS

José Valter Pereira (Valter Filé)¹

¹ Institución: IM/UFRRJ – Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro/Brasil

Dirección de correo electrónico: valterfile@gmail.com

O presente trabalho pretende oferecer contribuições para pensarmos sobre a relação entre educação, tecnologias, injustiças cognitivas e conexões culturais. Alimenta-se dos resultados (parciais) da pesquisa que o autor realiza na região da Baixada Fluminense, periferia do Rio de Janeiro, em que tenta fazer um diagnóstico para compreender a situação atual da educação formal em relação ao acesso e ao uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs). A pesquisa tem investigado os diferentes atores – escolas, poder público e universidades – e como estes articulam-se (inclusive entre eles), situam-se e reagem frente às alterações provocadas por tais tecnologias. Interessa à pesquisa: (1) a capacidade instalada – equipamentos, estrutura física, recursos e pessoal – para o acesso e os usos, bem como a qualidade dos acessos e usos das (TICs) pelas escolas públicas da região; (2) os investimentos, projetos e planejamentos das instancias governamentais dos três níveis (federal, estadual e municipais) que incidem sobre as escolas visando a ampliação de suas condições de infra-estrutura material, de recursos e de formação de professores e técnicos; e, (3) os esforços empreendidos pelas universidades, pelos cursos de formação de professores, vistos a partir do estudo dos currículos, projetos de pesquisa e extensão para desenvolver capacidades, conhecimentos e competências exigidas pelas transformações atuais, na formação dos novos profissionais da educação.

Os resultados parciais da pesquisa têm oferecido algumas possibilidades de uma melhor compreensão e com a abertura de outras condições teórico-metodológicas para refletirmos sobre as práticas pedagógicas, os projetos públicos, as propostas curriculares e sobre a formação de professores frente às alterações provocadas pela chamada sociedade da informação (Castells, 1999) ou sociedade do conhecimento (Lêvy, 1998).

Neste texto, a pretensão é, apenas, dar conta de como de alguns aspectos da Universidade Pública brasileira, mais especificamente, as que estão passando por projetos de expansão de seus campi e têm recebido alunos trabalhadores. Temos tratado de enfrentar as dificuldades, os desencontros que alunos e universidade tem protagonizado.

Primeiro post – nossas universidades públicas

A interiorização dos campi das universidade públicas brasileiras, por si só, não garantem que a ampliação do acesso signifique a continuidade dos que entram, principalmente os que entram na condição de trabalhadores.

As experiências das universidades públicas com trabalhadores é pouca. Seus currículos, suas dinâmicas e práticas de ensino, pesquisa e extensão, desconhecem ou não atentam para o fato de que existe uma outra população freqüentando essa universidade, diferentemente daquela para a qual, supostamente, foi criada. Mesmo com tal população invadindo seus campos, uma das poucas alterações nas condições de acolhimento é a do horário, que amplia-se para o noturno, mesmo que aí, tudo

conspire contra: a falta de transporte, depois de determinados horários; a violência e os constantes impedimento de alunos saírem ou voltarem para casa em determinados horários; o cansaço físico e mental; e, o fato de a maioria das outras atividades que integram a formação – estágio, praticas de pesquisa, seminários, congressos e grupos de pesquisas - acontecerem durante o dia.

Como se não bastasse, esses alunos vão encontrar um modelo hegemônico de universidade pública adverso, monocultural, pois este calca-se naquilo que supõe-se como os conhecimentos necessários (por já serem consagrados) para uma “formação de qualidade. Um modelo que baseia-se numa ciência em que seus conhecimentos se pensam como sendo auto-suficientes e que, portanto, não precisam de mais nada, se bastam. Fazem parte de – ou representam – um tipo de pensamento, designado por Boaventura (e outros) como *pensamento abissal* (2000). Tal pensamento age como se o conhecimento social estivesse dividido em dois “universos” distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. *A divisão é tal, segue o autor, que o outro lado da linha desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente.* Ele continua dizendo que tal pensamento vai gerar a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. No caso da universidade pública brasileira, essa dificuldade insinua-se com a impossibilidade da co-existência da dinâmica acadêmica – seu cotidiano, suas exigências, sua burocracia – com a presença de alunos trabalhadores, que tiveram um ensino diferente daquele dispensado às elites do país, daqueles que têm identificações culturais distintas ou são identificados pelo peso da sua condição histórica de cidadão de segunda categoria, como no caso dos negros e indígenas. As disciplinas, as tarefas acadêmicas tendem a ser oferecidas desconsiderando os alunos, ou, o que é pior, invisibilizando-os nas suas dificuldades, mas transformando-os, novamente, naqueles que não têm condições de freqüentar aquela instituição e aproveitar da sua “qualidade”. Assim, universidade pública e as gentes que necessitam dela para tentar superar os processos de desigualdade, são, mais uma vez, acusados de seus fracassos e convidados a assumir uma “essencialidade” da falta. Mais uma vez, acrescentam-se às desigualdades sociais, as injustiças cognitivas. Tais desigualdades e injustiças articulam procedimentos, práticas e pensamentos ao mesmo tempo que a legislação – regulamentos, decisões e leis gerais – abrandam a consciência e desvincula, desonera o executor da sua responsabilização por um ato injusto ou arbitrário (Um exemplo deste tipo de situação: nas ditaduras militares, os torturadores alegam sempre nos tribunais, instruídos por seus advogados, uma tal “obediência devida”. Ou seja, cumpriam ordens, das quais não poderiam declinar).

Santos continua sugerindo que o conhecimento e o direito modernos são lugares privilegiados de atuação do pensamento abissal. Dão-nos conta das duas principais linhas abissais globais dos tempos modernos, as quais, embora distintas e operando de forma diferenciada, são mutuamente interdependentes. Cada uma cria um subsistema de distinções visíveis e invisíveis de tal forma que as invisíveis se tornam o fundamento das visíveis.

No caso da universidade pública brasileira, em seu modelo hegemônico, os pobres, os negros, os indígenas são os fundamentos das suas ações, porém, não em seus cotidianos complexos, ambíguos, paradoxais e até contraditórios, mas como

temas. E aqui ainda nos valem da sombra do “jurídico” (ou pelo menos de estruturas burocráticas e cheias de “tradições” em que, muitas vezes, uma “recomendação” de um órgão administrativo vira “obrigatoriedade”, lei, regulamento) quando só temos para contornar determinadas situações perversas, a opção entre o legal e o ilegal, como a faixa de território única e possível para atuarmos. Nem ao menos temos questionado se existe justiça na legalidade ou se esta dicotomia central deixa de fora todo um território social onde ela seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não oficialmente reconhecidos (Santos, op.cit).

Interessa-nos, no entanto, pensar em que medida as desigualdades sociais e as injustiças cognitivas podem ser entendidas, não pelas suas conversões em falta individual, levando alguns “indivíduos” identificados nesta situação a comportamentos que vão desde o aproveitamento da sua situação para tirar “benefícios secundários”, vitimização e outras distorções. Será, então, que podemos assumir tais desigualdades e injustiças como princípio norteador de nossas ações, de nossos investimentos, de nossos projetos educativos?

Caminhar para a superação das injustiças cognitivas seria reconhecer que nossos conhecimentos disciplinares não se bastam. É preciso reconhecer aquilo que Boaventura op.cit) chama de *ecologia dos saberes*, afirmando-a a partir da ideia de que o conhecimento é interconhecimento. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles. Santos (op.cit.), tratando da ecologia dos saberes, diz:

“Na ecologia de saberes cruzam-se conhecimentos e, portanto, também ignorâncias. Não existe uma unidade de conhecimento, como não existe uma unidade de ignorância. As formas de ignorância são tão heterogêneas e interdependentes quanto as formas de conhecimento. Dada esta interdependência, a aprendizagem de certos conhecimentos pode envolver o esquecimento de outros e, em última instância, a ignorância destes. Por outras palavras, na ecologia de saberes, a ignorância não é necessariamente um estado original ou ponto de partida. Pode ser um ponto de chegada. Pode ser o resultado do esquecimento ou desaprendizagem implícitos num processo de aprendizagem recíproca. Assim, num processo de aprendizagem conduzido por uma ecologia de saberes, é crucial a comparação entre o conhecimento que está a ser aprendido e o conhecimento que nesse processo é esquecido e desaprendido. A ignorância só é uma forma desqualificada de ser e de fazer quando o que se aprende vale mais do que o que se esquece. A utopia do interconhecimento é aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios. É esta a tecnologia de prudência que subjaz à ecologia de saberes. Ela convida a uma reflexão mais profunda sobre a diferença entre a ciência como conhecimento monopolista e a ciência como parte de uma ecologia de saberes (p.25).

E, muitas vezes, na nossa fé, nossa inquebrantável obstinação por “transmitir” a verdade da ciência, aquilo que fará a redenção dos nossos alunos, vamos, na mesma medida, ampliando nossa ignorância sobre as questões – sociais, culturais, econômicas – que se interpõem entre nós (nossa disciplina) e eles. Estão aí, lado a lado, duas ignorâncias. Porém, temos o poder dizer qual é a única ignorância degradante e a ser superada, distinguindo o que sabe daquele que não sabe (e, muitas vezes, o definido como único ignorante é imobilizado, inventado como o que nunca saberá. Nós ou eles?).

Assim, como parte da busca pelo reconhecimento de uma ecologia de saberes que inclui os saberes e não saberes de todos os envolvidos nos processos de produção de conhecimento – alunos e professores – as dificuldades existentes para o aproveitamento de todas as possibilidades de comunicação, de inter-ação, de ensino-aprendizagem, interessa-nos os saberes produzidos e influenciados pelas tecnologias. Porém, a noção de tecnologia não pode reduzir-se a de aparatos e mídias. À noção de tecnologias vinculam-se tecnologias não tão novas como a escritura verbal e as vitimas que ainda faz aos que não pertencem à sua economia; vinculam-se as linguagens e suas interpenetrações; as praticas culturais com suas conexões – hibridizações, mestiçagens – e diferentes modos de habitar os mesmos tempos e usar aquilo que está disponível. Dentro desta perspectiva,

cabe-nos perguntar: como lidar com as TICs sabendo das diferentes formas de pensar o mundo? Poderemos pensá-las como um “recurso”, uma “ferramenta” ou pensá-la como uma possibilidade cognitiva a mais? Então, como enfrentar tal tarefa, de empenho com o fato de que as diferenças são relacionais e não essenciais? Como pensarmos nas diferenças contextuais, relacionais culturais não para superá-las numa unilateralidade, mas como processo de alteridade? Como sairmos do conforto dos nossos discursos do “já sabido” e embrenharmo-nos pela floresta de desafios, assumindo-os como uma das mais importantes referências para nossa atuação? Será possível isto?

Segundo post – o que está acontecendo”?

Em termos cognitivos e culturais a era da informação corresponde a um período complexo, interessante mas de sentido ambivalente. Tende a substituir as pirâmides de relações de autoridade e de saberes hierarquizados, por redes de relações cooperativas e de saberes interativos. “Foram as novas tecnologias que libertaram as forças criadoras de redes e descentralização” (Castells, 2003: 365).

As formas emergentes de organização social apoiam-se no uso intensivo do conhecimento e das variáveis culturais. Foi a expansão da Internet, como veículo de circulação de informação, que proporcionou à sociedade essa utilização intensiva. Não obstante, potenciou, também, preocupantes fenômenos de info-exclusão. O conhecimento, produzido por processos de comunicação, interatividade e colaboração, e a informação são variáveis decisivas da atual estrutura social.

Enquanto a escola – como projeto do estado moderno - ainda está identificada como a instituição de distribuição do saber, a partir da transmissão de informações consideradas fundamentais à formação do indivíduo, a sociedade transforma-se e demanda por outras possibilidades de pensarmos o conhecimento, a formação, tendo em vista a velocidade com a qual as transformações ocorrem. Tal escola, não está mais no centro da agenda das pessoas. Ela é mais uma das agências possíveis para a busca de informação, de produção de conhecimentos. A cultura digital, ou seja, aquilo que se apresenta como resultados das interações sócio-técnicas com as TICs, trabalha não apenas na oferta de informações, mas, tem atuado na ampliação das capacidades cognitivas, supostamente, pelo acesso às tecnologias da inteligência (Lèvy, 1998).

A comunicação eletrônica tem reforçado o exercício da cidadania ao aproximar o cidadão da informação, ao possibilitar a ampliação das possibilidades de comunicação, de mobilidade, de interação. O conhecimento potenciado pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC) contribui cada vez mais para a inserção do conhecimento na cidadania e da cidadania no conhecimento. Alarga as formas de participação política e estimula a comunicação horizontal entre os cidadãos. Mas, por outro lado, o conhecimento, as mobilidades, os acessos que as TIC potencializam ainda está reservado a uma elite relativamente pequena, se falamos de disponibilidade de acesso e uso cotidiano em condições razoáveis de estrutura de equipamentos e qualidade de conexão. Produzem maior igualdade entre os cidadãos incluídos e maior afastamento dos cidadãos excluídos. Se a produção e distribuição do conhecimento, assim como os serviços, não se às massas excluídas da ligação às redes e desprovidas de educação do mundo inteiro, estenderem retornaremos a uma cidadania mais participativa, mas altamente exclusiva.

Estes e outros problemas passaram a fazer parte da nossa preocupação, por entendermos que são as questões que enfrentamos que podem estar no centro das nossas ações pedagógicas e políticas. Assim, preocupados com a impossibilidade destes alunos freqüentarem os grupos de pesquisa, que em sua maioria funcionam durante o dia, resolvemos criar um grupo de pesquisas que funcionasse na internet. Assim nasce o Grupo de pesquisas Educação, sociedade do conhecimento e conexões culturais. A ideia é de que os alunos e alunas possam participar ao seu tempo, enquanto, paralelamente, ampliamos nossas condições de ensinar-aprender, de produzir e fazer circular conhecimentos tendo como conceitos fundamentais a comunicação, a interatividade, a solidariedade e a produção colaborativa.

Finalizando

O Grupo de pesquisas Educação, sociedade do conhecimento e conexões culturais - <http://grou.ps/pesccc/> -, institui-se como mais um grupo de pessoas envolvidas nos estudos com o cotidiano. Seus membros articulam-se pelo interesse em pesquisar os diferentes contextos educativos e os afetos produzidos pelas tecnologias da informação e da comunicação, bem como as formas de dizer-se no mundo, a partir das práticas culturais. Tem como foco de estudo as injustiças cognitivas – considerando, principalmente, as

injustiças impostas a grupos, muitas vezes, pela sua origem social, étnico-raciais e outras tantas. Tais injustiças acabam transformando diferenças em desigualdades e gerando processos de subalternização e de assujeitamento. Para atuar sobre tais injustiças, interessa aos estudos do grupo os diferentes processos de produção de conhecimentos, as formas de aprendizagens colaborativas proporcionadas pelas TICs, as diferentes linguagens e processos comunicacionais; os encontros e relações na diferenças e os jogos de alteridade.

A intenção é que sua produção de conhecimentos contribua com novas maneiras de fazer, novas artes de dizer, de pensar e de experimentar na/em educação. Conhecimentos que possam interagir com os muitos processos educativos - na formação de professores e em outros contextos - nas reflexões, práticas e saberes; alimentando processos e relações sociais mais democráticas, que contribuam com a construção de uma sociedade mais justa.

A circulação de pessoas pelo espaço da internet tem animado muitos debates, suscitado a criação de narrativas coletivas e encontros interessantes entre os membros. Para além das atividades previstas pelos coordenadores da linha de pesquisa, existe um fluxo interessante de “conversas”, de combinações e de atividades. Porém, ao convocarmos as pessoas para atuarem na internet, temos ratificado o lado perverso daquilo que estamos chamando de info-exclusão. A participação não é muito diversa. Primeiramente, por questões óbvias do perfil de cada pessoa envolvida, principalmente num grupo que tem pessoas de várias instituições, de vários cursos. Mas, o que nos tem chamado a atenção são as condições de estrutura de equipamentos e de acesso, em alguns casos, aliadas à pouca intimidade das pessoas com os ambientes virtuais. Grande parte dos membros, pela localização de suas residências, não tem acesso à internet (visto que uma conexão discada, nem sempre possibilita o acesso). Isso dificulta a participação das pessoas e o acesso na universidade, que tem a maioria dos membros (a UFRRJ/Nova Iguaçu), não disponibiliza ainda (por estar funcionando num prédio alugado enquanto é construído o campus) laboratório de informática em condições favoráveis, sem competição com os horários das aulas.

Assim, temos percebido como a info-exclusão tem assumido a dimensão de uma injustiça cognitiva e nesse sentido, ao grupo cabe duas dimensões de atuação: a primeira delas, a dimensão formativa que cabe a qualquer grupo, através das atividades – pesquisa, extensão, etc; e, a segunda, a de enfrentar as questões impostas pela sociedade do conhecimento, pela cultura digital, principalmente a info-exclusão. Para tanto, um dos desafios do grupo, nomeadamente da linha de pesquisa “Injustiças cognitivas, tecnologias e conexões culturais” é a de mapear a situação da educação na Baixada Fluminense em relação ao acesso e ao uso das TICs. Pretende, também, interagir com os poderes públicos da região, no sentido de ampliar o debate sobre a sociedade do conhecimento e as implicações que ela joga para a educação. Pretende, ainda, atuar no debate sobre formação de professores no uso de tais tecnologias em favor de práticas pedagógicas mais sintonizadas com a cultura digital.

Referencias

ALVES, J.C. Souza Alves. *A Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*.

Tese de Doutorado. São Paulo:USP – meio digital, 1998;

CASTELLS, Manuel. *A era da informação – economia, sociedade e cultura*. Rio de

Janeiro: Paz e Terra, 1999;

_____. *Reflexões sobre a Internet, os Negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003;

CERTAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano – artes de fazer*. Petrópolis: Vozes,

1994;

FLICK, U. Entrevista episódica. Em M. W. Bauer & G. Gaskell, G. (Orgs.), *Pesquisa*

qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático (pp. 114-136). (P. A.

Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes. 2000);

LÉVY, Pierre. *A Inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo:

Editora Loyola, 1998;

_____. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999;

_____. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 2003;

MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações – Comunicação, cultura e*

hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997;

_____. *Novos regimes de visualidade e descentramentos culturais*. In: FILÉ, Valter

(Org.). *Batuques, fragmentações e fluxos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da Razão indolente – contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000;

_____. *Pela mão de alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2005;

